

Defensoria Pública de Minas participa de homenagem às vítimas de Mariana

Rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, que causou a morte de 19 pessoas e sérios danos ambientais à Bacia do Rio Doce, completa cinco anos

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares participou na quinta-feira (5/11) da celebração na Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Mariana, em homenagem às vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, região Central do estado.

A homenagem marcou os cinco anos do desastre que tirou a vida de 19 pessoas, destruiu centenas de casas e provocou severas consequências ambientais em toda a Bacia do Rio Doce.



PÁGINA 2

DPMG abre 6º Curso de Formação dos defensores públicos empossados



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio de sua Escola Superior (Esdep MG), iniciou, no dia 3 de novembro, 6º Curso de Formação Inicial das novas defensoras e defensores públicos aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição.

Ao abrir os trabalhos e dar as boas-vindas às novas defensoras e defensores públicos, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, abordou em linhas gerais a execução do Planejamento Estratégico da Instituição, falou sobre conquistas legislativas, a atuação em Brumadinho e sobre o papel do defensor público.

Governador Romeu Zema aponta desafios e enaltece parceria

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, abriu a programação da última sexta-feira (6/11), do 6º Curso de Formação Inicial, em uma palestra por videoconferência. Durante o dia o curso abordou as relações interinstitucionais, com apresentações, além do Poder Executivo, de representantes de instituições ligadas ao sistema de Justiça e de segurança pública.

PÁGINA 3

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Agenda DPG/Mundo oficial **PÁGINA 2**
- > Escola Superior **PÁGINAS 3, 4 e 5**
- > Na mídia **PÁGINA 4**
- > Inspirando novas atitudes **PÁGINA 5**
- > Ações em destaque **PÁGINAS 6 e 7**
- > Procedimentos/Comunicados internos **PÁGINA 8**

CONTINUAÇÃO DA CAPA

Defensoria de Minas participa de homenagem às vítimas de Mariana

Antes da celebração, Gério Sores participou de encontro com representantes dos atingidos e das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Estiveram presentes também o governador de Minas Gerais, Romeu Zema; o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; o secretário-geral adjunto da Secretaria-Geral, Marcel Dornas Beghini; e o secretário adjunto de Planejamento e Gestão e coordenador do Comitê ProRio Doce, Luis Otávio Milagre de Assis.

No encontro, o defensor-geral falou sobre o trabalho dos órgãos estaduais para reparar os danos o quanto antes. “Vamos continuar trabalhando para exigir que as empresas envolvidas cumpram sua obrigação para reparar o meio ambiente e indenizar os atingidos”, disse.

O governador Romeu Zema reiterou o compromisso do Governo mineiro – junto com a Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário e órgãos de instâncias federais – em buscar um acordo que possibilite compensação rápida e efetiva ao Estado, evitando uma disputa judicial que se arraste “por anos e anos”.

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Encontro com representantes de atingidos pelo desastre de Mariana

Atuação da DPMG

Desde o rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, a Defensoria Pública de Minas Gerais tem atuado na defesa judicial e extrajudicial dos atingidos.

Somente na comarca de Mariana são aproximadamente 190 ações de liquidação de sentença propostas pela Defensoria Pública para garantia do pagamento do auxílio financeiro às pessoas atingidas.

Nestes cinco anos foram mais de 1.000 atendimentos envolvendo as demandas dos atingidos na região, sendo realizadas mais de 200 audiências de conciliação e instrução.

Apenas na 12ª Câmara Cível do TJMG tramitam, pelo menos, 16 recursos ajuizados pela Defensoria de Minas. Onze deles já tiveram parecer favorável aos atingidos que moram na Bacia do Rio Doce. A maioria dos casos envolve garimpeiros, pescadores, pequenos comerciantes, pecuaristas, membros de cooperativas de produtores de leite, pequenos produtores e pessoas que viviam da subsistência.

Em Governador Valadares, que integra a bacia do Rio Doce, a atuação da Defensoria Pública é preponderantemente voltada para a esfera extrajudicial, em especial no Programa de Indenização Mediada (PIM), em razão da interrupção do fornecimento de água, tanto na comarca de Governador Valadares quanto nas cidades circunvizinhas.

MUNDO OFICIAL

DPMG participa de inauguração da nova unidade da Apac em Ituiutaba

O coordenador local da Unidade da Defensoria Pública de Minas em Ituiutaba, Francis Junio de Oliveira, e a defensora pública Mírian Luce Alves de Araújo participaram da cerimônia de inauguração da unidade de regime fechado da Associação de Proteção aos Condenados (Apac) de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro.

A solenidade aconteceu no dia 29 de outubro, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes, entre outras autoridades. O presidente do TJMG lembrou que Minas Gerais abriga 39 das 54 Apacs em funcionamento no País.

Construída com recursos provenientes de prestações pecuniárias da comarca, a nova unidade tem capacidade para abrigar 30 recuperandos e pode ser adaptada para mais 20.



Da esquerda para a direita: presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes; defensora pública Mírian Luce Alves de Araújo; juiz de Direito Silas Dias de Oliveira Filho; e o defensor público Francis Junio de Oliveira, coordenador local em Ituiutaba



ESCOLA SUPERIOR



CONTINUAÇÃO DA CAPA

6º Curso de Formação Inicial dos defensores públicos empossados

Na abertura do 6º Curso de Formação Inicial para Defensores Públicos, apresentações da Subdefensoria-Geral, Chefia de Gabinete, assessorias Institucional, Jurídico-Institucional, Planejamento e Infraestrutura e Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias

(CooProC). Na programação, apresentações também da Corregedoria-Geral, Conselho Superior, Associação de Classe e Assessoria Militar da Defensoria Pública de Minas Gerais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Governador Romeu Zema aponta desafios e enaltece parceria



Governador Romeu Zema: “resultados com trabalho conjunto”

Em seu pronunciamento no Curso de Formação, o governador destacou que a Defensoria Pública “tem sido grande parceira do Governo”, e que o contato regular e próximo com o defensor-geral e a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, tem possibilitado a solução ágil e conjunta dos desafios que se apresentam.

Romeu Zema enfatizou o “papel extremamente importante da Defensoria Pública de Minas Gerais na reparação dos danos dos atingidos pela tragédia do rompimento da barragem em Brumadinho”.

Depois de pontuar dificuldades e desafios enfrentados por sua gestão, Romeu Zema listou avanços já conquistados, como redução de gastos públicos, melhorias nas áreas da Educação e Segurança e atração de investimentos externos.

continua >>

ESCOLA SUPERIOR / CONTINUAÇÃO DA CAPA: 6º CURSO DE FORMAÇÃO



Presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes



Procurador-geral de Justiça adjunto institucional, Marcos Tofani Baer Bahia

Tribunal de Justiça e Ministério Público

Em seguida, foram realizadas as palestras do A palestra seguinte foi proferida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes e do procurador geral de Justiça adjunto institucional, Marcos Tofani Baer Bahia, representando o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet.

O magistrado falou sobre a relevância da Defensoria Pública, embasando sua fala em legislações, como a Resolução 2656, da Organização dos Estados Americanos (OEA), primeiro documento normativo aprovado por aquele órgão que aborda o tema do acesso à Justiça como um direito autônomo, e impulsiona o papel da Defensoria de garanti-lo às pessoas em condição de vulnerabilidade.

Ressaltando que a Defensoria mineira é uma das defensorias expoentes no Brasil, o procurador-geral adjunto pontuou que, atualmente, existem mais pontos de semelhança e identidade entre a DPMG e o Ministério Público do que diferenças. Em seguida, Marcos Tofani lembrou que o momento atual, de acentuada exclusão social, agravada pela pandemia do novo coronavírus, “exige a reconfiguração das instituições públicas e é necessário um novo compromisso com a humanidade, a vida e a dignidade da pessoa humana”.

Forças de segurança

Na parte da tarde, a programação do curso contou com palestras do comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel PM Rodrigo Sousa Rodrigues; do assessor militar da Defensoria Pública de Minas Gerais, tenente coronel PM Antoniezio Alves de Sousa; do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel BM Edgard Estevo da Silva; do diretor de Educação em Proteção e Defesa Civil, capitão PM Junior Silvano Alves; do juiz de Direito titular da 4ª Auditoria da Justiça Militar estadual, André de Mourão Motta; e do delegado

assistente do gabinete do chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Rodrigo Bustamante.

Todos apresentaram dados das corporações, falaram sobre a forma de atuação de suas instituições, as atribuições e também da atuação conjunta com a Defensoria Pública em algumas situações.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Formação inicial

O 6º Curso de Formação Inicial para Defensoras e Defensores Públicos do estado continua até o dia 18 de dezembro e contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.



NA MÍDIA

POSSE DEFENSORES PÚBLICOS

Defensoria Pública de Minas Gerais empossa 28 defensoras e defensores públicos

[Portal CNJ](#)

28 novos defensores públicos de Minas Gerais passam por Curso de Formação na DPMG

[Bom Dia Minas](#)

DPMG empossa 28 defensoras e defensores públicos

[Portal Cidade Conecta](#)

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública oferece aulas de educação em direitos para alunos do ensino médio

Divulgar o conhecimento e difundir a atuação extrajudicial. Com este objetivo, a DPMG dá início ao projeto "Defensoria Pública nas Escolas de Ensino Médio"



Com conteúdos gravados em vídeo por defensores públicos e disponibilizados nos ambientes virtuais das escolas, a Defensoria Pública de Minas Gerais levará temas como saúde, relações contratuais e de consumo, entre outros, para alunos do ensino médio, por meio do projeto "Defensoria Pública nas Escolas do Ensino Médio".

Cinco escolas já estão cadastradas, mas o objetivo é expandir para mais instituições de ensino médio e, também, para de ensino superior. Cada aula terá a duração média de 40 minutos, com o tema apresentado por um defensor público.

Os primeiros conteúdos são: "Conhecendo a Defensoria Pública e suas áreas de atuação", com Camila Lorga (foto); "Defensoria Pública da Saúde", com Bruno Barcala Reis; "Direito do Consumidor", com Lucas Diz Simões; "Direito de Família", com Alessandra Pereira Eler; e "Como elaborar um contrato", com Marco Paulo Denucci.

[Leia a matéria na íntegra](#)

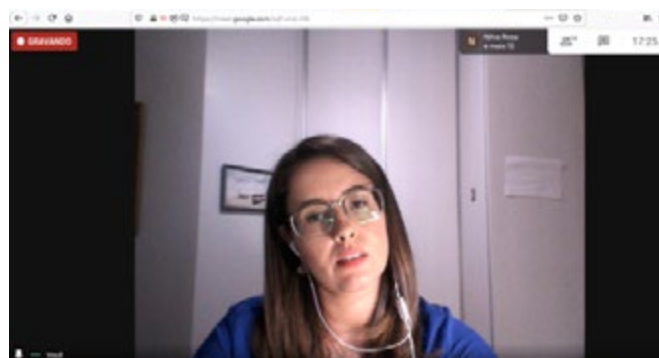
INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública apresenta trabalho no IV Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social

A defensora pública Mônica Alves da Costa, em atuação em Ituiutaba, participou como expositora do IV Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – UNESP Franca, eixo Políticas Públicas e Direitos Humanos.

A participação aconteceu no dia 26 de outubro, quando a defensora pública apresentou o trabalho "Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais: Mais que Direito Positivado, Garantia de Direito Implica Intersetorialidade", elaborado em conjunto com o professor doutor Flander Calixto, da Universidade Federal de Uberlândia-Campus Pontal.

O trabalho trata da importância do "Direito a Ter Pai", mutirão de reconhecimento de paternidade criado em 2011 pela unidade da DPMG em Uberlândia e estendido para várias unidades da Instituição no estado. Em Ituiutaba, o mutirão foi implantado em 2013 e, desde então, foram realizados mais de 300 exames de DNA gra-



tuitamente. Em todo o estado já foram feitos mais de 8 mil exames desde 2011.

O trabalho também abordou pesquisa realizada durante o Mutirão de 2019 pelas extensionistas do curso de Serviço Social, sob a orientação do professor Flander, com as famílias participantes. O objetivo foi o de conhecer a realidade social dessas pessoas e implantar novas ações que as beneficiassem.



AÇÕES EM DESTAQUE

Justiça determina a suspensão de desocupação de terreno no Vale do Jatobá, em Belo Horizonte

Decisão atendeu ao pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais e do Ministério Público

A pedido da Defensoria Pública e do Ministério Público, o juízo da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte suspendeu, temporariamente, a liminar que concede a reintegração de posse do terreno no bairro Vale do Jatobá, no Barreiro, onde se encontra a Ocupação Fábio Alves.

A suspensão, em decorrência da pandemia do Coronavírus, busca resguardar a saúde e a vida das partes e servidores diretamente envolvidos. Na decisão, a juíza Lílian Bastos de Paula ponderou entre o direito de propriedade de bens imóveis e o direito fundamental à saúde e à moradia. “Por se tratar de desalojamento de ocupação coletiva e por questões humanitárias, tendo em vista que o cumprimento imediato da medida colocaria diversas famílias em situação de vulnerabilidade

social em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus”, sentencia.

Na decisão, a juíza determinou ainda que seja feito um planejamento de realocação dos ocupantes do terreno para que as famílias não fiquem desalojadas quando a desocupação acontecer.

A liminar para reintegração do terreno foi concedida em janeiro do ano passado, mas não foi cumprida em virtude da complexidade da desocupação. Antes da decisão de desocupação, representantes da ocupação e da empresa Morizono Empreendimentos tentaram negociar amigavelmente na Justiça e não chegaram a um acordo.

Com informações do TJMG

Defensoria Pública de Minas e Cohab firmam cooperação para regularização de conjuntos habitacionais em BH

Parceria oferece soluções de cidadania e celeridade no atendimento à população

Uma parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas) vai facilitar a regularização da propriedade imobiliária de moradores de dez conjuntos habitacionais de Belo Horizonte, construídos há mais de 20 anos pela Companhia.

Esse é o objetivo do termo de cooperação técnica firmado entre a Defensoria Pública mineira, por meio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), e a Cohab. O documento foi assinado no dia 19 de outubro, pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, e pelo presidente da Companhia, Bruno Oliveira Alencar.

O TCT contempla, ao todo, 1.102 unidades de dez conjuntos habitacionais, localizados nos bairros Vila Tiradentes, Estrela do Oriente, Vista Alegre, Tupi, Antônio Ribeiro de Abreu e São Gonçalo.

Os conjuntos foram construídos para atender

as famílias que optaram por receber uma moradia como indenização pela desapropriação referente ao Programa de Saneamento Ambiental (Prosam), que teve como objetivo canalizar o Ribeirão Arrudas e o Ribeirão do Onça. Na ocasião, imóveis às margens dos ribeirões foram desapropriados.

Conforme o TCT, defensores públicos farão o ajuizamento e acompanhamento das ações de usucapião dos dez conjuntos, além de analisarem e prepararem os atos constitutivos das associações, que serão autoras das ações.

A Cohab vai disponibilizar a documentação necessária para o andamento das ações, estrutura de pessoal para a coleta dos documentos e estrutura para a realização de reuniões entre a Defensoria, a Companhia e as associações.

A atuação será de forma escalonada, em um conjunto habitacional de cada vez, de acordo com o cronograma que será estabelecido pelas partes.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensorias de Minas e da União realizam atendimento para moradores da região do Isidoro, em Belo Horizonte

A Defensoria Pública de Minas Gerais e a Defensoria Pública da União realizaram atendimento na região do Isidoro (Vila Esperança e Vitória), por meio da Defensoria Itinerante. Pela DPMG, participou da ação a Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC).

O atendimento itinerante aconteceu na terça-feira (3/11) e participaram as defensoras estaduais Cleide Aparecida Nepomuceno, Ana Flávia Oliveira Freitas e Luciana Vieira, além do defensor da União, Estevão Ferreira Couto.

Durante os atendimentos foi apurado que muitas das famílias não puderam se beneficiar do Bolsa Merenda, do Governo Estadual, por não possuírem CEP e por dificuldades em se cadastrarem no programa pela via digital.

Também foi verificado que a maioria das famílias da Ocupação Esperança e Vitória, em Belo Horizonte, não tiveram acesso às cestas básicas oferecidas pelo município. Muitos moradores reclamaram, ainda, da falta de água e de luz. Houve grande procura por orientações e dúvidas sobre o Auxílio Emergencial do Governo Federal.



No total, foram feitos cerca de 60 atendimentos. A Defensoria estadual entrará em contato com os órgãos municipais e estaduais responsáveis pelos programas assistenciais, Cemig e Copasa, para buscar uma solução administrativa que garanta o acesso dos moradores do Isidoro. Os atendimentos relacionados ao Auxílio Emergencial foram realizados pela Defensoria Pública da União.

Defensoria Pública Itinerante fará atendimento na Ocupação Rosa Leão



Por meio da Defensoria Itinerante, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) fará atendimentos na Ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte. A iniciativa conta com a parceria da Defensoria Pública da União (DPU). A atividade, que é gratuita e aberta a toda a população residente na localidade, será na terça-feira, dia 10 de novembro, das 9 às 13 horas.

Durante o atendimento serão disponibilizadas orientações jurídicas sobre acesso às cestas básicas ofertadas pelo Município, auxílio merenda do Estado e auxílio emergencial do Governo Federal, além de demandas de natureza coletiva como o acesso à água.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Resolução 319/2020 dispõe sobre abertura de consulta para composição de Câmaras de Estudos

A Resolução 319/2020, publicada na sexta-feira (6/11) abre o edital de consulta para preenchimento de vagas nas Câmaras de Estudos da Defensoria Pública de Minas Gerais. Defensoras e defensores públicos interessados deverão inscrever-se junto ao Conselho Superior, via protocolo ou pelo e-mail conselho.superior@defensoria.mg.def.br, **até o dia 27/11/2020**, juntando os documentos que julgarem pertinentes.

A escolha dos membros levará em conta a experiência do candidato na respectiva área. Em caso de empate na votação dos membros indicados pelo Conselho Superior, será utilizado o critério previsto na Lei Complementar Estadual nº 65/2003, em seu artigo 62, conforme art. 6º, parágrafo 4º da Deliberação nº 22/2015.

[Clique aqui para ler a Resolução 319/2020](#)

e ver a distribuição de vagas por Câmara de Estudos.

Defensoria-Geral e Corregedoria-Geral disponibilizam cartilha de atendimento

A Defensoria Pública-Geral e a Corregedoria-Geral divulgam cartilha com os critérios de atendimento pela Defensoria Pública aos usuários dos serviços da Instituição, a ser entregue a estes juntamente com a relação de documentos, impressa ou via aplicativo. A cartilha está disponibilizada de forma permanente no site em Espaço Cidadão e, na intranet, aba 'CooProC' (menu superior).

[Clique aqui para ver a cartilha](#)

ESCOLA SUPERIOR

Curso virtual sobre Tribunal do Júri para defensores e estagiários de Direito

A Escola Superior da DPMG promove, a partir do dia 20 de novembro, o Curso Prático “Tribunal do Júri – Os desafios colocados pela atualidade”. O conteúdo é voltado para defensores públicos e estagiários de Direito e será realizado de forma virtual.

Dividido em três módulos, o curso terá como palestrantes os defensores públicos Adhemar Della Torre, Luiz Roberto Russo, Marco Túlio Xavier e Richarles Rios. Os encontros online ocorrerão nos dias 20 e 27 de novembro, e 4 de dezembro, sempre das 9h30 às 11h30.

As inscrições já podem ser feitas no site da Esdep (escolasuperior.mg.def.br), com vagas limitadas a 100 participantes, e o acesso ao curso se dará pela plataforma Teams.

Escala de plantão dos finais de semana, pontos facultativos e feriados das medidas urgentes referentes aos processos eletrônicos no SEEU

[Resolução 317/2020 \(DO 05/11/2020\)](#)

SRLI/DPA INFORMA

Entrega de materiais de consumo e patrimoniais

Conforme a Resolução nº 313/2020, está suspenso, a partir do dia 3 de novembro, as movimentações de bens permanentes entre as unidades da DPMG, salvo em caso de urgência, em que a demanda deverá ser apreciada pela Subdefensoria Pública-Geral.

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado informa que, em virtude da realização do inventário anual, os pedidos de material de consumo serão atendidos até o dia 19/11/2020. Assim, as requisições das rotas Norte, RMBH 4 e Distrito Federal deverão ser encaminhadas para o e-mail da DPA **até o dia 18/11/2020**.

A quantidade do material de consumo a ser solicitada deverá garantir o abastecimento da unidade por dois meses, uma vez que a DPA retornará as atividades apenas em janeiro, seguindo o cronograma disponível na intranet.

Além do cronograma, encontra-se atualizado o catálogo de materiais, seguindo o caminho:

[Intranet > Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado > Normas e Procedimentos > Modelo de Requisição de Material de Consumo](#)

ESDEP INFORMA

VI Fórum Mineiro de Educação Jurídica e I Seminário Internacional de Educação Jurídica da OAB/MG

A Comissão de Educação Jurídica da OAB/MG promoverá, nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2020, o “VI Fórum Mineiro de Educação Jurídica e I Seminário Internacional de Educação Jurídica da OAB/MG”, de forma remota, por meio de transmissão pelo canal do YouTube da Comissão de Educação Jurídica MG – OAB.

A inscrição para participação dos interessados será de forma gratuita.

[Clique aqui para se inscrever e ver a programação](#)

[Clique aqui para acessar o canal do YouTube da Comissão de Educação Jurídica MG – OAB](#)